

# Rumo a um Governo Aberto: lições arquivísticas da *Open Government Partnership* para Brasil e México

Toward an open government: Archival lessons for the *Open Government Partnership* of Brazil and Mexico

**Nelson Alfredo Salomão Neto**

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
nelsonhist@yahoo.com.br

.....

Recibido: 4 de marzo de 2017 • Aprobado: 26 de abril de 2017

## Resumo

Este artigo possui dois objetivos principais: analisar os espaços de convergência entre as iniciativas de Governo Aberto e as pautas arquivísticas, e oferecer caminhos que possam ser trilhados pelos arquivos nacionais de Brasil e México a partir da experiência na *Open Government Partnership* (OGP). Para tanto, foram mapeados os dois primeiros ciclos de planos de ação dos dois países na OGP (2011-2015), bem como os elementos conjunturais que os aproximam e fazem com que seja pertinente uma análise conjunta, como os aspectos econômicos, sociais e políticos.

**Palavras-chave:** Governo Aberto, Dados Abertos, arquivos nacionais, Arquivologia, Arquivologia comparada

## Abstract

This article has two main goals: to analyze the converging spaces between open government initiatives and the archival universe, and offer directions that can be threshed out for the national archives of Brazil and Mexico from the *Open Government Partnership* (OGP) experience. In order to achieve these objectives, the first two action plan cycles in the OGP (2011-2015) were studied as well as the structural and contextual elements such as social, economic and political data.

**Keywords:** Open Government, Open Data, National Archives, Archival Science, Comparative Archival Science

## Introdução

O presente artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2014 e 2016. A dissertação de mestrado pode ser acessada diretamente no site da instituição.<sup>1</sup>

Governo Aberto é um dos temas que se inscreve entre os mais relevantes atualmente para a área de políticas públicas. Em um momento de crise do mundo democrático e das formas tradicionais de se fazer política, ampliar a conscientização e a participação popular nos processos decisórios parece ser a chave capaz de reverter uma crescente descrença nas instituições públicas.

Ao centro dessas preocupações figura o acesso à informação produzida e recolhida pela Administração Pública e, conseqüentemente, os arquivos que as mantém. Em meio a esse contexto, faz-se útil analisar quais iniciativas arquivísticas de Governo Aberto vêm sendo conduzidas pelas duas principais lideranças da América Latina, Brasil e México. No âmbito dessas iniciativas, é oportuno também entender a participação das instituições arquivísticas nacionais, como possíveis atores nesse processo.

Para alcançarmos tal objetivo, é imprescindível olhar para a Open Government Partnership (OGP) ou Parceria para Governo Aberto, que consiste em um fórum internacional lançado por oito chefes de Estado em uma reunião na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Com cinco anos completos, a Parceria –formada inicialmente por Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Indonésia, África do Sul, México, Filipinas e Noruega– visa à promoção de uma plataforma de

.....

<sup>1</sup> Salomão Neto, Nelson Alfredo, “A perspectiva arquivística do governo aberto: um estudo comparativo da participação de Brasil, Estados Unidos, México e Reino Unido na *Open Government Partnership*”, <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2014/neto-nelson-alfredo-salomao-a-perspectiva-arquivistica-do-governo-aberto-um-estudo-comparativo-da-participacao-de-brasil-estados-unidos-mexico-e-reino-unido-na-open-government-partnership/view>, [consultado em 08 de fevereiro de 2017].

ações destinadas ao aumento da transparência governamental e à maior participação social nos processos decisórios de seus respectivos países.

Introduzir na OGP e iniciativas similares os tópicos de interesse arquivístico pode ampliar as ações de transparência governamental, garantir o direito de acesso à informação governamental, reforçar o vínculo dos cidadãos com os arquivos e contribuir para a solidificação das metas de Governo Aberto. Além disso, os planos analisados da OGP mostraram-se um campo fértil para ações interinstitucionais. Podem oferecer aos arquivos as melhores práticas de outras agências. Por outro lado, ajudam a disseminar as melhores práticas das instituições arquivísticas para toda a administração pública.

Sob esta ótica e buscando aproximação com os aspectos teóricos do Governo Aberto, foram pesquisadas as participações de Brasil e México na OGP em seus dois primeiros ciclos de planos de ação (2011 a 2015). Investigou-se em que medida os compromissos assumidos na OGP contemplam questões arquivísticas bem como a participação dos Arquivos Nacionais desses países na Parceria.

Em um primeiro momento, buscou-se uma aproximação em nível macro dos índices econômicos, sociais e de liberdades de imprensa e internet em cada país. Em seguida, foram analisados os dados referentes à participação dos respectivos arquivos nacionais na OGP, por meio dos planos de ação e dos relatórios de progresso que cada país submete à Parceria.

## **Governo Aberto, Dados Abertos e arquivos: uma aproximação teórica que se faz necessária**

Embora utilizada desde o pós-Segunda Guerra nos Estados Unidos, a expressão Governo Aberto ainda carece de verticalização. Num cenário de uso intensivo das tecnologias de informação –especialmente após os anos 2000– tem sido mobilizada de forma genérica e por vezes imprecisa, convergindo em finalidades com o conceito de *open data* (Dados Abertos). O sentido de “Governo Aberto” remete a um ideal de administração pública para governos democráticos nos quais

a sociedade possui mecanismos de controle, participação e avaliação das tomadas de decisão. Ganha força em um contexto de expansão da internet ao redor do mundo, sob novas inquietações relativas à relação sociedade civil-governo.

O sentido de “Governo Aberto” remete a um ideal de administração pública para governos democráticos nos quais a sociedade possui mecanismos de controle, participação e avaliação das tomadas de decisão. Ganha força em um contexto de expansão da internet ao redor do mundo, sob novas inquietações relativas à relação sociedade civil-governo.

Para Calderón e Lorenzo,<sup>2</sup> o conceito de Governo Aberto está em “plena expansão” e constante redefinição, assertiva que parece sinalizar uma carência de definições na literatura. Neste estudo utilizou-se a perspectiva de Insulza segundo a qual Governo Aberto é uma política pública que “agrupa os conceitos de transparência, participação e colaboração dos cidadãos nas políticas públicas onde a informação e os dados governamentais têm papel essencial”.<sup>3</sup>

De acordo a Declaração de Governo Aberto, enviada pelos membros fundadores para a Parceria em setembro de 2011, o governo que desejar assim ser considerado deve procurar alcançar quatro objetivos: a) aumentar a disponibilidade de informações sobre atividades governamentais; b) apoiar a participação social; c) Implementar os padrões mais altos de integridade profissional na Administração; d) aumentar o acesso a novas tecnologias que promovam a transparência e accountability.

**Dados Abertos**, por sua vez, constituem o cerne da OGP e uma condição *sine qua non* para o reconhecimento de uma política de Governo Aberto. O termo **dado** apresenta diferenças conceituais

.....

<sup>2</sup> Calderon, Cesar, Sebastián Lorenzo, “Open Government: Gobierno Abierto”, 2010. <http://www.martinolivera.com.ar/data/gobierno-abierto.pdf>, [consultado el 06 de noviembre de 2016].

<sup>3</sup> Insulza, José Miguel, “La promesa del gobierno abierto”, s. l., s. e., 2013, p. 9, <http://inicio.ifai.org.mx/Publicaciones/La promesa del Gobierno Abierto.pdf>, [consultado el 05 de noviembre de 2016].

de acordo com a disciplina que o aborda. Há, porém, certa convergência no entendimento de que um dado é um conjunto/sequência de símbolos (alfabéticos, numéricos etc.) e que representa –embora não se constitua– uma informação. Já um **dado aberto**, segundo a *Open Definition*: “... é aquele que pode ser livremente usado, modificado e compartilhado por qualquer pessoa a qualquer propósito. Deve, no máximo, se submeter às exigências que preservem a proveniência e as licenças de abertura”.<sup>4</sup>

Um dado primário, de licença aberta, capaz de ser lido por computadores, pode gerar infinitas formas de usos por meio de softwares desenvolvidos por qualquer cidadão. O potencial de utilização pela sociedade civil começa a ser explorado ao redor do mundo. Já existem aplicativos que monitoram desde números de acidentes nas estradas até a medição da qualidade do ar, emitindo alertas sempre que os dados indicarem piora em cidades próximas.

Do ponto de vista arquivístico, é preciso compreender o fluxo informacional ao qual os dados estão submetidos. Dados que são produzidos, recebidos e acumulados pelo governo atendem a um fluxo se inicia no registro de um processo decisório. Antes de serem compartilhados esses dados foram, na maioria dos casos, extraídos de documentos cujo contexto, autenticidade e integridade devem ser assegurados.

Para Thurston (2012), há cinco desafios relacionados aos arquivos que, se não enfrentados, podem minar o movimento de Dados Abertos no longo prazo. Os **primeiros dois desafios** dizem respeito à autenticidade e à importância da gestão de documentos para confiabilidade dos dados. Os usuários precisam, acima de tudo, confiar que os dados fornecidos pelo governo são íntegros, completos e não estão suscetíveis à manipulação. Quebrada essa confiança, o engajamento social na agenda de Governo Aberto está em risco.

Como forma de superar este obstáculo, é preciso investir na autenticidade, atributo indispensável aos documentos públicos, especialmente em ambientes digitais. De forma a serem reconhecidos como

.....

<sup>4</sup> Open Knowledge Foundation (Org.), “Open Definition”, 2005, <<http://opendefinition.org/>>, [consultado el 10 de enero de 2017].

autênticos, os conjuntos de dados precisam disponibilizar uma trilha de auditoria<sup>5</sup> que os conectem aos documentos dos quais foram gerados. Uma vez perdida essa trilha, o contexto também está comprometido. Sem uma gestão adequada dos documentos, em conformidade com os parâmetros internacionais, não há garantia de autenticidade e, conseqüentemente, perde-se a confiança da sociedade.

O **terceiro** desafio diz respeito ao caráter dinâmico do ambiente digital. As constantes mudanças no quadro de hardwares e softwares exigem do arquivista um acompanhamento contínuo dos parâmetros de metadados, dos sistemas, repositórios digitais e das constantes migrações de documentos.

O **quarto** desafio diz respeito aos Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDCs).<sup>6</sup> Apesar da relevância dos repositórios seguirem os padrões internacionais para construir confiança em seus dados e documentos, Thurston (2012) pontua que há poucos RDCs para além da Europa, América do Norte, Austrália e Nova Zelândia. Em seu entendimento, os arquivos nacionais devem desempenhar papel chave na construção e introdução de RDCs em cada país. O **quinto** e último desafio diz respeito à necessidade de se criar uma comunidade atuante na disseminação de boas práticas que relacionem documentos a Dados Abertos.

Estrategicamente, um dos caminhos propostos passa, novamente, pela atuação dos arquivos nacionais. Como agências governamentais, essas instituições precisam trabalhar na direção de introduzir as questões que se conectam à gestão de documentos.

Dentro da OGP, as formas de inserção de ações que privilegiem a gestão de documentos são diversas, podendo se dar (não se limitando à)

.....

<sup>5</sup> Uma trilha de auditoria, conforme o E-Arq Brasil (2009, p. 32), “é o conjunto de informações registradas que permite o rastreamento de intervenções ou tentativas de intervenção no documento arquivístico digital...”

<sup>6</sup> Repositórios Arquivísticos Digitais confiáveis são repositórios de documentos digitais que atendem aos padrões arquivísticos internacionais construídos para preservação de longo prazo. Atualmente, o modelo de referência mais difundido é a ISO 14721:2012: “Space data and information transfer systems - Open archival information system (OAIS)”.

na proposição de mecanismos legais; na inclusão de critérios arquivísticos em sistemas de tecnologia da informação; na capacitação de profissionais; no estabelecimento um RDC central; e na definição de requerimentos para a gestão de documentos digitais e metadados em conformidade com os padrões internacionais (Lemieux, Thurston, 2016). Entre as proposições citadas, cabe ressaltar, apenas a aprovação de leis não está ao alcance de execução dos arquivos nacionais (embora a proposição esteja).

## Brasil e México: mais semelhanças que diferenças

Brasil e México representam as duas maiores economias da América Latina, com os dois países mais populosos da região. Ao analisarmos alguns indicadores, podemos perceber muitas semelhanças entre os países, sobretudo nos dados econômicos, sociais e políticos.

Como indicador que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região por um determinado período de tempo, o Produto Interno Bruto (PIB) é amplamente utilizado para medir o grau de riqueza de cada país, bem como seu crescimento anual. Entretanto, como o PIB não considera a população regional e conseqüentemente sua influência, para este fim costuma-se utilizar o PIB per capita.

**Tabela 1.** Dados Econômico-sociais de Brasil e México

	<b>Posição do PIB no ranking mundial</b>	<b>PIB per capita</b>	<b>PIB per capita (PCC)</b>	<b>IDH</b>
Brasil	7°	11.920,75	16.211,56	0,755
México	14°	10.350,85	17.149,56	0,758

Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database*, janeiro de 2017. Elaborado pelo autor.

Observando os indicadores que consideram a população de cada país e mede a riqueza média dessa população, Brasil e México figuram muito próximos, entre 10 e 12 mil dólares (per capita). Via método PPC,<sup>7</sup> o México supera o Brasil, mas a diferença permanece pequena.

A mesma configuração de proximidade pode ser constatada ao analisarmos índices sociais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado de acordo com base em três dimensões (educação, saúde e renda) para medir a qualidade de vida de uma região. O índice varia de 0 a 1 e quanto mais alto o valor, maior a qualidade de vida. O México, com 0,758, é apenas o 74º no ranking mundial, imediatamente seguido por Brasil, com 0,755, na 75ª posição.

É importante não perder de vista a exposta similaridade de conjuntura econômica e social, muito discrepante quando olhamos para os países desenvolvidos, porque esta pode indicar/explicar um possível protagonismo na demanda de políticas públicas voltadas para questões mais básicas e emergenciais, mantendo na coadjuvância tanto as agendas de transparência e acesso à informação quanto às políticas de fortalecimento da gestão documental e dos arquivos.

Um terceiro espectro de dados –que juntos fornecem um quadro sobre a penetração regional da internet e sobre a maturidade das questões relacionadas– mostra-se fundamental na medida em que ajuda a problematizar a demanda e a relevância dos Dados Abertos em cada país.

Os conceitos de Dados Abertos e de Governo Aberto tem na internet condição *sine qua non* de sua existência, visto que dela dependem tanto para a comunicação governo-cidadãos como para a via oposta. Não há sentido em disponibilizar dados governamentais se não houver amplo acesso populacional à internet, que em última análise é a ferramenta que possibilitará a formação do corpo de usuários dos dados.

.....

<sup>7</sup> O PCC, poder de paridade de compra, é aplicável tanto ao PIB quanto ao PIB per capita. O método consiste em, considerando duas ou mais economias, escolher alguns produtos para formar uma “cesta internacional”. O preço da cesta em cada país (em moeda local) é comparado com o preço da cesta nos EUA em dólares, país referência para o método.

Mais do que isso, a forma como os governos e as respectivas populações lidam com a internet nos dias atuais representa um grande termômetro do acesso à informação e da liberdade de expressão, tão caros aos princípios de Governo Aberto. Vislumbrando esse cenário, foram reunidos alguns dados expostos na tabela abaixo:

**Tabela 2.** Acesso à internet e velocidade média

	<b>Vel. media de conexão (em Mbps)</b>	<b>Usuarios de internet em 2010</b>	<b>Usuarios de internet em 2015</b>
Brasil	5.5	40.6%	59.1%
México	7.2	31.1%	57.4%

*Fonte:* Akamai's State of the Internet-Q3 2016 e base de dados do Banco Mundial.

Os dados de velocidade média ajudam a dar uma dimensão da maturidade estrutural dos serviços de internet nos países (e de forma geral, na América Latina). Embora superem a média latino-americana (4,8 mbps), Brasil e México estão muito abaixo de conexões como a dos vizinhos do norte, Estados Unidos e Canadá (16,3 e 13,8, respectivamente).

Quanto à penetração da internet, como se pode observar na tabela 2, apesar de demonstrar crescimento nos últimos anos, a inclusão digital nos dois países ainda é muito aquém do que se pode esperar. Tanto Brasil quanto México possuem uma boa parcela da população excluída dos serviços informatizados.

Por isso, pode-se entender que Brasil-México enfrentam obstáculos para o sucesso das iniciativas de Dados Abertos e Governo Aberto não somente pelo aspecto econômico-social, que limita a velocidade e a ambição das mudanças, mas pelo caráter restritivo que a internet ainda possui para a população destes países.

Há ainda que se considerarem os aspectos político-culturais que podem, sob um aspecto conjuntural, exercer influência sobre as questões de acesso e de Governo Aberto. Um dos indicadores selecionados, o *Freedom of the net* 2015 (elaborado pelo instituto *Freedom House*), mede a capacidade das informações circularem livremente na internet. Nesse quesito, Brasil e México são considerados pelo relatório como tendo uma internet apenas “parcialmente livre”.<sup>8</sup>

Outro indicador do mesmo instituto, o *Freedom of the press* 2015, mede a liberdade de imprensa ao redor do mundo e traça para a América Latina um quadro de pressão política contra jornalistas da região. Tanto México quanto Brasil são citados em um cenário de violência descontrolada, onde jornalistas investigativos são assassinados em decorrência de seus trabalhos. Seguindo os mesmos critérios de avaliação do *Freedom of the net*, o *Freedom of the press* coloca o Brasil (e a maior parte da América Latina) entre os países cuja imprensa é “parcialmente livre”; e o México (junto a Equador, Venezuela, Honduras e Cuba) entre os países cuja imprensa não é considerada livre.

À luz de todos os indicadores aqui apresentados, parece seguro afirmar que o ambiente em ambos os países é desafiador para o desenvolvimento de uma cultura de transparência. Assim, é provável que o aspecto conjuntural exerça influência nas iniciativas de Governo Aberto como a *Open Government Partnership*.

## **Os planos de ação apresentados na *Open Government Partnership***

A OGP demanda aos países participantes que submetam compromissos através de planos de ação, que podem ter duração de até dois anos. Nos planos, cada compromisso é descrito brevemente, recebe um prazo para implementação e é atribuído como responsabilidade a um órgão federal. Para que um compromisso seja submetido

.....

<sup>8</sup> O relatório classifica a internet dos países em “livre”, “parcialmente livre” e “não livre”.

é necessário que atenda a dois requisitos. Primeiro, deve se identificar com pelo menos um dos cinco desafios propostos pela parceria, que são: aumento de integridade pública, melhoria dos serviços públicos, aumento da responsabilidade corporativa, criação de comunidades mais seguras e gestão mais efetiva dos recursos públicos.

Simultaneamente, devem obedecer aos princípios gerais de Governo Aberto: **transparência, participação cidadã, accountability e tecnologia e inovação**. Os planos de ação devem ser seguidos de balanços anuais publicados pelo governo proponente, contemplando uma análise acerca da execução dos compromissos. Paralelamente, um Mecanismo Independente de Avaliação da Parceria também examina a implantação dos planos e publica bianualmente seus relatórios.

## Os planos de ação brasileiros

O primeiro plano brasileiro foi submetido à OGP ainda em 2011, ano de fundação da parceria, e o segundo em junho de 2013. O 1º plano conta com 32 compromissos voltados à transparência e Governo Aberto, sendo oito desses pertencentes a um bloco identificado como Sistema Federal de Acesso à Informação. O bloco é o que mais se aproxima de temas que cercam o universo dos arquivos e documentos públicos. Ainda assim, nenhuma delas é propriamente uma meta arquivística.

Os compromissos em questão fazem parte do contexto de um projeto anterior a OGP (de cooperação técnica entre a UNESCO e o Poder Executivo Federal) denominado “Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito à informação, transparência e participação cidadã”.

A política trabalha ainda com diversas atividades a serem implementadas, vinculadas a três objetivos principais. Algumas dessas atividades foram incorporadas integralmente ao 1º plano de ação brasileiro, algumas estão difusas em outras metas e outras passaram ao largo do plano. Entre as que foram incorporadas, há uma de evidente relação com os processos arquivísticos e, portanto, com a atuação do Arquivo Nacional, a saber:

Desenvolver cursos sobre os procedimentos de registro e tratamento da informação (produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação).<sup>9</sup>

O compromisso foi levado ao plano de ação sob o título de “cursos sobre gestão da informação” e terminou não implementado. Em um primeiro momento (balanço divulgado em 2012) o governo brasileiro admitiu atraso e, posteriormente, retirou a atividade, justificando que a CGU não era o órgão detentor das técnicas adequadas para a implementação da política de capacitação e treinamento na área de gestão da informação. Por fim, decidiu-se que o compromisso seria incorporado ao 2º plano de ação sob responsabilidade do Ministério da Justiça (executado pelo Arquivo Nacional).

Em outro compromisso originado no projeto de cooperação, uma pesquisa-diagnóstico foi conduzida pelo Professor PHD Roberto DaMatta, visando compreender os valores, a cultura e o conhecimento acerca do acesso à informação no Poder Executivo Federal.

Através de questionários, a pesquisa mapeou questões importantes sobre o atual tratamento da informação pública, de forma bem próxima à pesquisa conduzida pelo *Instituto Federal de Acceso a la Información y Protección de Datos* (IFAI) –atual *Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales* (INAI)– sobre o mesmo tema no México, em 2007.<sup>10</sup> Entretanto, ao contrário da pesquisa do IFAI, não há um destacamento na metodologia de DaMatta dedicado

.....

<sup>9</sup> Brasil, Controladoria-Geral da União (CGU), “Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito à informação, transparência e participação cidadã”, Brasília, 2010, p. 43, <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/acesso-a-informacao>, [consultado el 01 de enero de 2017].

<sup>10</sup> México, Instituto Federal de Acceso a la Información Pública (IFAI), “La cultura de los servidores públicos alrededor de los temas de transparencia y acceso a la información”, 2007, [http://inicio.ifai.org.mx/Estudios/estudio\\_CulturaTransparencia.pdf](http://inicio.ifai.org.mx/Estudios/estudio_CulturaTransparencia.pdf), [consultado el 01 de enero de 2017].

a compreender as relações dos servidores com os documentos administrativos nem com as práticas arquivísticas.<sup>11</sup>

No questionário brasileiro, apenas duas questões remetem à conexão entre gestão de documentos e acesso à informação nos órgãos públicos. Questionados sobre a existência de um sistema eletrônico de protocolo e tramitação de documentos no respectivo órgão, 27,1% afirmou que não, 66,5% “sim” e 6,4% disse não ter conhecimento sobre. No que tange à especialização, do total de questionários respondidos, 38% afirmou nunca ter presenciado/participado de um curso ou um treinamento em gestão de documentos.

Somadas as respostas “nunca” e “raramente”, temos 61,5% dos servidores que não reconhecem uma regularidade nesses cursos. Há ainda um percentual alto (16,1%) de servidores que não souberam responder à pergunta, indicando que os temas abordados não fazem parte do seu cotidiano.

Em linhas gerais, o resultado do diagnóstico é interessante para que se perceba o desarranjo entre as expectativas acerca do cumprimento da Lei de Acesso à Informação (lei 12.527/2011) e o preparo organizacional/operacional da Administração Pública Federal. Entre os desafios a serem superados no âmbito organizacional, o estudo aponta em sua conclusão a necessidade de “implementação de política - a um tempo uniforme e flexível - para arquivos de documentos e também para o arquivamento eletrônico nos órgãos da administração federal”.<sup>12</sup> A sugestão figuraria dois anos depois como uma meta do 2º plano de ação brasileiro na OGP. Já no âmbito operacional, há uma recomendação para a “universalização da gestão eletrônica de documentos e de acompanhamento de processos, com interfaces que permitam o acesso direto dos cidadãos interessados”.<sup>13</sup>

.....

<sup>11</sup> A pesquisa mexicana tem parte destacada para o entendimento dos arquivos, identificando tipologias documentais geradas, estado dos arquivos, conhecimento de regras de arquivamento, etc.

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.opengovpartnership.org/country/brazil/action-plan>, [consultado em 21 de janeiro de 2017].

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.opengovpartnership.org/country/brazil/action-plan>, [consultado em 21 de janeiro de 2017].

Outro compromisso do 1º plano que merece destaque pertence ao bloco “participação social e engajamento cidadão”. A atividade se refere à realização da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial),<sup>14</sup> cujo objetivo principal é estimular a participação da sociedade no acompanhamento da gestão pública.

Durante a 1ª Consocial –realizada em 2012– foram aprovadas 80 propostas prioritárias para a sociedade no que tange a políticas públicas de transparência, controle, prevenção e combate à corrupção. Entre as aprovadas, a proposta nº 73 –inicialmente chamada “Modernização de arquivos públicos”– preocupa-se com as condições em que se dá a gestão de documentos na administração pública brasileira, apresentando a seguinte redação:

Garantir recursos para instituir a Gestão de Documentos nas três esferas públicas, com a criação, fortalecimento e modernização das estruturas de arquivo público, por meio de infraestrutura material, tecnológica e de recursos humanos habilitados (arquivistas), com capacitação contínua, de maneira que tenham participação permanente na produção de banco de dados e demais documentos.<sup>15</sup>

Se adaptada a um plano de ação da OGP, a proposta poderia se dobrar em diversas metas. De forma geral, dentre todas as propostas que efetivamente integraram o 1º plano de ação brasileiro, chama a atenção o fato de nenhuma abordar diretamente a necessidade de melhorias em procedimentos de gestão de documentos e arquivos.

.....

<sup>14</sup> A Consocial foi uma conferência convocada pelo Decreto Presidencial de 8 de dezembro de 2010 com o intuito de debater propostas e estimular a participação da sociedade civil na gestão pública. A 1ª Consocial foi realizada em 2012 e o relatório final pode ser conferido em: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/controle-social/consocial/produtos/relatorio-final>, [consultado em 15 de janeiro de 2017].

<sup>15</sup> Brasil, Controladoria-Geral da União (CGU), “Lista das 80 propostas finais”, 2012, p. 13, <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos>, [consultado el 01 de enero de 2017].

Nem em instituições arquivísticas, nem em arquivos ainda não transferidos/recolhidos junto aos órgãos da Administração Pública Federal.

Já O 2º plano brasileiro comprometeu-se, em sua primeira versão, a implantar 45 medidas, acrescentando outras sete posteriormente. O documento faz um balanço das ações do 1º plano e das demandas sociais mapeadas pelos mecanismos de interação da parceria.

Dos 32 compromissos do 1º plano, apenas dois haviam sido iniciados, sendo um deles o já mencionado “elaboração e oferta de cursos de capacitação de servidores públicos em temas referentes à gestão da informação”, da CGU. Esse compromisso deu origem, no 2º plano, à ação “implementar a Política de Gestão de Documentos no Governo Federal”, de responsabilidade do Ministério da Justiça e executada pelo Arquivo Nacional.

A ação é a única em que o Arquivo Nacional (AN) participa e propõe, “entre outras iniciativas”, a capacitação de servidores da Administração Pública Federal para identificação, classificação e avaliação dos documentos produzidos e recebidos, correntes e intermediários.

No Relatório de Autoavaliação Intermediário, publicado pelo Mecanismo Independente da Parceria em abril de 2015, o compromisso é destrinchado e esquematizado em alguns campos como objetivos, descrição, relevância e ambição. De acordo com o relatório, três objetivos compõem a meta:<sup>16</sup>

- a) Ampliar o número de reuniões técnicas entre o órgão central e os setoriais e seccionais do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA;
- b) Capacitar servidores dos órgãos e entidades da administração pública federal para identificar, classificar e avaliar os documentos produzidos e recebidos em fase corrente e intermediária, tornando-os acessíveis à Administração e aos cidadãos;

.....

<sup>16</sup> IRM, Brasil: “Relatório do Progresso 2013-2014”, 2015, [http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/Brasil\\_Relat%C3%B3rio2013-14\\_Final\\_0.pdf](http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/Brasil_Relat%C3%B3rio2013-14_Final_0.pdf), [consultado el 01 de enero de 2017].

- c) Dotar o órgão central do SIGA de mecanismos legais para fiscalização do cumprimento das normas e legislação vigentes nos órgãos setoriais e seccionais do Sistema.

Confrontando os objetivos e ambições do compromisso, entretanto, não fica clara a conexão do título com as ações a serem tomadas. Implementar a “Política de Gestão de Documentos no Governo Federal” pressupõe a existência de uma política de gestão elaborada e divulgada por órgão competente.

Ministrar cursos de capacitação e ampliar reuniões técnicas no SIGA são ações relevantes para a melhoria dos serviços arquivísticos governamentais, mas nesse contexto apresentam-se como ações isoladas e não como parte de um planejamento.

Embora este seja o único compromisso assumido pelo Arquivo Nacional no 2º plano, não é o único que dialoga com questões arquivísticas. Nos eixos 2 e 3 (Aumento da Integridade e Melhoria dos Serviços Públicos), duas metas miram políticas de gestão da informação e uma visa à descrição de documentos arquivísticos transferidos/recolhidos para o Arquivo da Marinha.

A primeira ação, “formulação e implementação da Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa”, visa aprovar uma política que verse sobre os procedimentos relativos à classificação, tratamento e gestão da informação no MD. Embora com atraso, o compromisso foi entregue com a publicação da Portaria Normativa Nº 1000/MD, em maio de 2015. A portaria aprova a política que dispõe sobre o acesso à informação, o tratamento da informação classificada e concebe uma Comissão de Gestão da Informação no Ministério da Defesa, entre outras diretrizes.

A segunda ação diz respeito a uma política de informação para o Ministério da Previdência Social e menciona também entre seus objetivos a implementação de uma política de documentação. Na Portaria de Nº 412, de setembro de 2012, que estabelece diretrizes para execução de uma política de gestão da informação, há um capítulo especialmente dedicado à “gestão arquivística de documentos”. Entre os objetivos estão racionalizar a produção de documentos, aplicar e

atualizar o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade (de acordo com as diretrizes do CONARQ), definir estratégias para microfilmagem, digitalização e documentos digitais natos.

Outra ação de responsabilidade do Ministério da Defesa é a “base de dados de documentos administrativos produzidos pela Marinha do Brasil”. A ação visa criar uma base de dados que contenha a descrição de todos os documentos administrativos produzidos pelas Organizações Militares da Marinha do Brasil e transferidos/recolhidos para o Arquivo da Marinha a partir do ano de 2014.

O compromisso foi entregue dentro do prazo, com a disponibilização de uma aplicação desenvolvida sobre a plataforma ICA-AToM. Foram descritos e incorporados à ferramenta 421 fundos documentais, com suas séries e subséries. Adicionalmente aos metadados, foram digitalizados os documentos transferidos para o Arquivo da Marinha.

No que se refere às questões arquivísticas, podemos considerar que o 2º plano de ação brasileiro na OGP apresenta uma evolução em comparação com o primeiro. Enquanto no 1º não figura nenhuma ação voltada para a melhoria dos serviços arquivísticos – à exceção da capacitação de servidores no tema gestão da informação – o segundo apresenta quatro metas que dimensionam a relevância do investimento em gestão de documentos para a pauta do Governo Aberto.

A meta assumida pelo Arquivo Nacional (através do Ministério da Justiça), entretanto, peca pela falta de clareza. Quando dissecada posteriormente no Relatório de Autoavaliação, as ações revelaram-se aquém do que sugere o título e pouco impactante, na medida em que essas ações já deveriam estar ocorrendo independentemente do ingresso na Parceria como: aprovação de listagens de eliminação, cursos de gestão de documentos, e atendimentos rotineiros aos órgãos e entidades da APF. Na avaliação do IRM, o impacto potencial do compromisso foi classificado com nota 2 – “pequeno avanço” – em uma escala que vai de 1 (mantém status) até 4 (transformador).

Um outro ponto relevante de observação no que tange à participação do Arquivo Nacional é a ausência de referências à Parceria Para Governo Aberto no site da instituição, mesmo com sua participação

direta no 2º plano. O próprio tema “Governo Aberto” passa completamente ao largo do site institucional. A relação entre Arquivo Nacional e Governo Aberto só se revela no relatório de atividades denominado “Relatório de Ações do Arquivo Nacional 2011-2014”, encontrado na seção de “ações e programas” do site.

Por fim, percebe-se ainda que algumas metas poderiam ter sido construídas de forma que contassem com a participação do Arquivo Nacional, ainda que em caráter colaborativo: cursos de capacitação em gestão da informação, no 1º plano, modelos de licenciamento de Dados Abertos e padronização de Dados Abertos no 2º plano.

## Os planos de ação do México

Ao fim de 2011, o México apresentou seu 1º plano de ação como forma de ingresso na Parceria para Governo Aberto. Para que fossem atendidos os prazos pré-definidos, a construção do plano se deu de forma limitada por alguns setores do governo federal e oito organizações da sociedade civil, que já vinham trabalhando por conta própria em projetos de transparência e cidadania.<sup>17</sup> Além da elaboração do plano, as organizações viriam a participar também da execução dos compromissos. Dos cinco grandes desafios propostos, o plano mexicano privilegiou o “aumento da integridade pública” e a “eficiência na gestão de recursos”, que concentraram, juntos, aproximadamente 75% dos compromissos propostos.

.....

<sup>17</sup> Centro de Investigación para el Desarrollo (CIDAC); Cultura Ecológica; Fundar, Centro de Análisis y Investigación; Gestión Social y Cooperación (GESOC); Instituto Mexicano para la Competitividad (IMCO); SocialTic e Transparencia Mexicana. Além destas, houve participação da Article 19, organização não-governamental que atua em mais de 30 países em defesa da liberdade de expressão e do acesso à informação. Seu nome faz referência ao 19º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece o direito à liberdade de expressão e opinião. Além da participação na elaboração e execução do plano mexicano, esteve presente também na 1ª Consocial do Brasil, como uma das 23 representantes da sociedade civil.

Quanto ao conteúdo, nenhum dos 36 compromissos ataca diretamente problemáticas da gestão de documentos e arquivos públicos do México, e não há também indicação do *Archivo General de la Nación*, seja como liderança, seja como colaborador das metas. O teor dos compromissos aponta quase que exclusivamente para a transparência de dados orçamentários, subsídios governamentais e desenvolvimentos de *sites* institucionais. Mais de 10 metas se referem somente à publicação de dados, que envolvem desde dados de contratações, subsídios, e doações da PEMEX<sup>18</sup> a gastos governamentais com publicidade, recursos destinados à proteção de defensores dos Direitos Humanos, orçamento pra compra de medicamentos, etc.

Cabe aqui destacar o compromisso de código 42 –“Arquivos e documentos em formato aberto”– cujo texto reproduz-se abaixo:

Que não se considere um PDF como informação pública, apenas os dados em formato CSV, XML e KML, para que possam ser analisados por qualquer ferramenta. Converter em texto e bases de dados recuperáveis todos os arquivos digitalizados em .pdf e os originados em arquivos de imagem como ‘.jpg’.<sup>19</sup>

Embora a responsabilidade formal de realizar a meta tenha ficado com a *Secretaría de la Función Pública*<sup>20</sup> em parceria com a organização civil *CitiVox*, o *Archivo General de la Nación* teve parte na operacionalização da mesma, introduzindo, junto com a SFP, as diretrizes de transparência e Dados Abertos no *Manual Administrativo de Aplicación General en las materias de Transparencia y de Archivos*. No documento, atualizado em novembro de 2012, ingressaram definições de termos como “Dados Abertos”, “metadados” e políticas e ações de transparência a serem adotadas pela

.....

<sup>18</sup> Petroleos Mexicanos (PEMEX) –Petroleira estatal mexicana de economia mista.

<sup>19</sup> México, “Open Government Partnership: Self-assessment report”, p. 6, tradução nossa.

<sup>20</sup> Organismo do Estado mexicano encarregado de coordenar e avaliar o exercício público do governo em nível federal.

Administração Pública Federal. Nesse sentido, recomenda o Manual que a informação governamental de interesse público deve ser:

[...] analítica, precisa, verdadeira, indicando o período a que se refere e, quando apropriado, dar-se-á prioridade na sua publicação -nos termos de disposições legais -ao uso de Dados Abertos, ferramentas digitais e formatos que promovam a análise estatística e facilitem a reprodução e comparação de informação, de modo que os indivíduos possam utilizar-se conforme apropriado aos seus interesses.<sup>21</sup>

Referenciou-se também o marco jurídico que estabelece o *Esquema de Interoperabilidad y de Datos Abiertos de la Administración Pública Federal*, projeto do governo federal que visa aumentar o nível interoperabilidade técnica, organizacional e governamental dos sistemas e aplicações da APF.<sup>22</sup>

Ainda no âmbito de cumprimento da meta, 209 entidades administrativas do governo foram contatadas para que fizessem um reporte de avanço na execução das disposições do EIDA, supracitado. Aponta o relatório independente que, a esse respeito, há instituições nas quais não se compreendem com clareza os conceitos de dados e Governo Aberto. Sugere-se que, tanto os dispositivos do Esquema de Interoperabilidade quanto o Manual Administrativo de Transparência e Arquivos, sejam mais bem difundidos entre os servidores públicos, buscando sensibilizá-los para esta matéria.

.....

<sup>21</sup> México, Secretaría de la Función Pública (SFP), “Acuerdo por el que se emiten las Disposiciones Generales para la Transparencia y los Archivos de la Administración Pública Federal y el Manual Administrativo de Aplicación General en las materias de Transparencia y de Archivos”.

<sup>22</sup> Os três eixos de operação do EIDA são: 1) cooperação e intercâmbio de informação para proporcionar serviços públicos integrados; 2) compartilhar e reusar informação para aumentar a eficiência administrativa; 3) assegurar o acesso à informação, a transparência e a participação cidadã. Fonte: “Modelo Integral del “Esquema de Interoperabilidad de la Administración Pública Federal”, 2013. Disponível em: <http://cidge.gob.mx/wp-content/uploads/2013/03/PRESENTACION-EIDA.pdf>, [consultado em 10 de janeiro de 2017].

Para o 2º plano de ação, cuja versão preliminar foi divulgada em novembro de 2013 – e a versão final no início de 2014 –, o governo do México apresentou 26 novos compromissos que, mais uma vez, passaram ao largo das questões arquivísticas. Tampouco pode se dizer que houve maior participação do *Archivo General de la Nación*, uma vez que não foi incluído nas responsabilidades e ações do plano.

A maior parte dos compromissos se enquadra em um determinado arco de temas que inclui: desenvolvimento ou reforma de sites institucionais; publicação de dados governamentais (com forte tendência para dados fazendários e fiscais, como compras, obras, impostos e orçamentos) e difusão dos princípios do Governo Aberto para setores como o das indústrias mineradoras e petrolíferas.

Avaliando os dois primeiros planos de ação do México, podemos concluir que a relação entre gestão de documentos e Governo Aberto não se expressa na Parceria. Não há metas de caráter arquivístico e as metas que tratam de dados, por sua vez, não abordam questões-chave para a gestão de documentos digitais, como a garantia de autenticidade, integridade e usabilidade dos mesmos. O plano para implementar uma política nacional de dados interoperáveis, do 2º plano, considera cinco diretrizes:

- 1) Lineamientos para la publicación de datos abiertos com la participación de expertos con apego a las mejores prácticas internacionales.
- 2) Medios de acceso público a los datos abiertos.
- 3) Mecanismos de retroalimentación, participación y denuncia de la comunidad de usuarios.
- 4) Iniciativas de fomento al uso de datos en la sociedad y gobierno.
- 5) Garantías a la privacidad de quien aporta, usa e reúsa los datos.<sup>23</sup>

.....

<sup>23</sup> México, Secretariado Técnico Tripartita de la Alianza para Gobierno Abierto, “Formato y tablero de control para el seguimiento y la evaluación del PA15”, p. 1.

Há uma preocupação que se direciona exclusivamente para as etapas de publicação e para o fomento do uso de dados, enquanto forma-se uma lacuna na garantia da qualidade destes dados. Essa tônica permeia toda a participação mexicana na OGP.

Fora dela, entretanto, há algum nível de reconhecimento na esfera governamental da importância dos documentos para os princípios de Governo Aberto. O penúltimo *Plan Nacional de Desarrollo*, cujo período compreende 2007 a 2012, já antecipava a necessidade de desenvolver procedimentos legais para a adequada organização e conservação dos arquivos porque entendia que:

Um arquivo bem organizado é garantia de transparência e prestação de contas dentro da administração pública. A correta organização arquivística contribui para a modernização e eficiência das atividades de governo, devendo-se prever a aplicação de tecnologias da informação na gestão documental, com ênfase na regulação dos documentos eletrônicos.<sup>24</sup>

Da mesma forma, o plano sucessor estabelece a deficiência no trato com arquivos e documentos como uma das marcas que incidem negativamente sobre o combate à corrupção.<sup>25</sup> Tais preocupações, ainda que expressas em documentos-chave de planejamento do governo mexicano, não foram suficientes para que se materializassem em ações no contexto da Parceria.

## Considerações finais: Olhando para o futuro

Como se pôde observar, as participações de Brasil e México na *Open Government Partnership* deixam muito a desejar no aspecto arquivístico. Isso implica dizer que as instituições arquivísticas nacionais pouco ou nada aparecem nos planos de ação submetidos à Parceria. Por outro

.....

<sup>24</sup> México, “Plan Nacional de Desarrollo: 2007-2012”, p. 291, tradução nossa.

<sup>25</sup> México, “Plan Nacional de Desarrollo: 2013-2018”, p. 37.

lado, essa “ausência” nos mostra que há muitos espaços que podem ser ocupados dentro e fora da iniciativa no que diz respeito a políticas arquivísticas de Governo Aberto. A partir das experiências de Brasil, México e de outros países, é possível traçar algumas direções para os respectivos Arquivos Nacionais que podem contribuir para reverter o quadro atual.

Em um plano estratégico e político, um dos caminhos que parece oportuno para os dois países é, através de seus Arquivos Nacionais, propor encontros regulares com outros atores políticos (arquivos nacionais, associações profissionais) no âmbito estrutural da Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA), e também do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Os encontros regionais serviriam, sobretudo, para discutir e traçar estratégias conjuntas visando à ocupação de espaços e o fortalecimento da agenda dos arquivos latino-americanos dentro da OGP. Os encontros internacionais do CIA, por sua vez, podem ajudar a promover uma troca de experiências bem-sucedidas entre países.

Cabe ressaltar que enquanto os arquivos nacionais geralmente atuam na execução de metas, as associações profissionais podem atuar na elaboração das mesmas. Legitimadas como parte organizada da sociedade civil, podem e devem manifestar interesse na abertura das discussões que projetam novos planos de ação. Isso aconteceu, por exemplo, na construção do 2º Plano da Noruega, ocasião em que a Sociedade Norueguesa dos Gestores de Documentos e Arquivistas (Norsk Arkivråd) manifestou interesse no desenvolvimento do plano de ação, junto a cinco outras organizações. No plano, foi incluída uma meta voltada à preservação de documentos públicos digitais, capitaneada pelo Arquivo Nacional da Noruega.

Um segundo *front* dessa batalha por espaço diz respeito às Leis de Acesso à Informação. Podemos observar que os vínculos entre Leis de Acesso à informação e Governo Aberto são bem compreendidos e amplamente explorados na OGP, faltando, contudo, uma aproximação com a gestão de documentos públicos. Isso se torna especialmente importante, pois tanto Brasil quanto México figuram entre os países que, após a virada de século, redigiram uma Lei de Acesso à Informação (2011 e 2002, respectivamente).

Uma legislação de acesso só pode ser boa se a qualidade das informações disponibilizadas também é, devendo essas serem completas e confiáveis. Quando uma boa gestão de documentos, baseada nas normas e nas boas práticas internacionais não acompanha a legislação, o direito de acesso é minado e os usuários muitas vezes são obrigados a recorrer ao caminho judicial, que é quase sempre mais caro e mais lento que a via administrativa. Sempre que possível, deve-se vincular o direito de acesso à informação à boa gestão dos documentos governamentais, dentro e fora da OGP.

Um terceiro ponto a ser considerado pelos Arquivos seria investir em planos de Governo Aberto **independentes** da OGP. A Parceria é um meio notável e importante para consolidar avanços em Governo Aberto, mas nada impede que os arquivos nacionais desenvolvam planejamentos em seus próprios termos. Como uma referência nesse aspecto, o *National Archives and Records Administration* (NARA) está hoje em seu quarto plano de ação sobre Governo Aberto, tendo lançado um novo plano a cada dois anos desde 2010.

Essa estratégia pode ajudar a contornar as dificuldades (sobretudo políticas) que alguns arquivos nacionais encontram em apresentar metas dentro do formato da Parceria. Como consequência, espera-se que ao elaborar planos próprios de Governo Aberto, ainda que menos ambiciosos ou de menor alcance por motivos orçamentários, os arquivos se projetem para a administração pública e para a sociedade como interessados em protagonizar a discussão.

Por fim, as instituições arquivísticas devem procurar novas formas de se conectar e atender às expectativas do mundo digital, alimentadas pelas novas relações sociais e práticas culturais advindas da constante evolução tecnológica. Para isso, é preciso compreender as necessidades do usuário e investir na usabilidade dos sites e serviços online. Paralelamente, buscar diversificar seu público e reforçar seus laços com ele através de projetos colaborativos.

Os arquivos, sobretudo os latino-americanos, precisam se reinventar sob alguns aspectos e ressignificar sua importância para a sociedade, posicionando-se na vanguarda da garantia de direitos e das pautas democráticas.

## Fontes

### Eletrônicas

Brasil, Comitê Interministerial para Governo Aberto (CIGA), “Plano de Ação do Governo Brasileiro”, Open government Partnership, 2011, <http://www.opengovpartnership.org/country/brazil/action-plan>, [consultado el 01 de enero de 2017].

Brasil, Comitê Interministerial para Governo Aberto (CIGA), “2º Plano de Ação Brasileiro”, Open government Partnership, 2011, <http://www.opengovpartnership.org/country/brazil/action-plan>, [consultado el 01 de enero de 2017].

Brasil, Controladoria-Geral da União (CGU), “Lista das 80 propostas finais”, 2012, <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos>, [consultado el 01 de enero de 2017].

Brasil, Comitê Interministerial para Governo Aberto (CIGA), “Mid-term Self-Assessment Report: Second Open Government National Action Plan”, 2015, <http://www.opengovpartnership.org/country/brazil/assessment>, [consultado el 01 de enero de 2017].

Brasil, Controladoria-Geral da União (CGU), “Pesquisa Diagnóstico sobre Valores, Conhecimento e Cultura de Acesso à Informação Pública no Poder Executivo Federal Brasileiro”, Brasília, 2011, <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/pesquisadiagnostico.pdf>, [consultado el 01 de enero de 2017].

Brasil, Controladoria-Geral da União (CGU), “Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito à informação, transparência e participação cidadã”, Brasília, 2010, <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/acesso-a-informacao>, [consultado el 01 de enero de 2017].

Calderon, Cesar, Lorenzo, Sebastián, “Open Government: Gobierno Abierto”, 2010. <http://www.martinolivera.com.ar/data/gobierno-abierto.pdf>, [consultado el 06 de noviembre de 2016].

Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), “Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos e-Arq Brasil”, 2009. [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/earqbrasil\\_model\\_requisitos\\_2009.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/earqbrasil_model_requisitos_2009.pdf), [consultado el 18 de enero de 2017].

Insulza, José Miguel, “La promesa del gobierno abierto”, s. l., s. e., 2013, [http://inicio.ifai.org.mx/Publicaciones/La promesa del Gobierno Abierto.pdf](http://inicio.ifai.org.mx/Publicaciones/La%20promesa%20del%20Gobierno%20Abierto.pdf), [consultado el 05 de noviembre de 2016].

IRM, Brasil: “Relatório do Progresso 2011-2013”, <http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/169361968-IRM-Report-Brazil.pdf>. 2014, [consultado el 01 de enero de 2017].

IRM, Brasil: “Relatório do Progresso 2013-2014”, 2015, [http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/Brasil\\_Relat%C3%B3rio2013-14\\_Final\\_0.pdf](http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/Brasil_Relat%C3%B3rio2013-14_Final_0.pdf), [consultado el 01 de enero de 2017].

Lemieux, Victoria L., Anne Catherine Thurston, “Great Ideas for OGP Action Plans: Bridging Access to Information and Open Data with Effective Records Management”, The OGP Stories, 2016, <<https://www.opengovpartnership.org/stories/great-ideas-ogp-action-plans-bridging-access-information-and-open-data-effective-records>>, [consultado el 12 de noviembre de 2016].

México, “Alianza para el Gobierno Abierto: Plan de Acción de México”, 2011, [http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/Mexico\\_Action\\_Plan.pdf](http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/Mexico_Action_Plan.pdf), [consultado el 15 de enero de 2017].

México, “Alianza para el Gobierno Abierto: Plan de Acción de México 2013-2015”, 2013, <http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files>, [consultado el 15 de enero de 2017].

México, “Open Government Partnership: Self-assessment report”, 2012, [http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/14Dic2012\\_Self-AssessmentReport\\_ENG%20%281%29.pdf](http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/14Dic2012_Self-AssessmentReport_ENG%20%281%29.pdf), [consultado el 14 de diciembre de 2016].

México, “Plan Nacional de Desarrollo: 2007-2012”, 2007, [http://www.cenidet.edu.mx/docs/pnd\\_2007\\_2012.pdf](http://www.cenidet.edu.mx/docs/pnd_2007_2012.pdf), [consultado el 12 de enero de 2017].

México, “Plan Nacional de Desarrollo: 2013-2018”, 2013, [http://www.cenidet.edu.mx/docs/pnd\\_2007\\_2012.pdf](http://www.cenidet.edu.mx/docs/pnd_2007_2012.pdf), [consultado el 22 de enero de 2017].

México, Instituto Federal de Acceso a la Información Pública (IFAI), “La cultura de los servidores públicos alrededor de los temas de transparencia y acceso a la información”, 2007, [http://inicio.ifai.org.mx/Estudios/estudio\\_CulturaTransparencia.pdf](http://inicio.ifai.org.mx/Estudios/estudio_CulturaTransparencia.pdf), [consultado el 01 de enero de 2017].

México, Secretaría de la Función Pública (SFP), “Acuerdo por el que se emiten las Disposiciones Generales para la Transparencia y los Archivos de la Administración Pública Federal y el Manual Administrativo de Aplicación General en las materias de Transparencia y de Archivos”, 2012, [http://www.normateca.gob.mx/Archivos/66\\_D\\_3340\\_10-12-2012.pdf](http://www.normateca.gob.mx/Archivos/66_D_3340_10-12-2012.pdf), [consultado el 20 de diciembre de 2016].

México, Secretariado Técnico Tripartita de la Alianza para Gobierno Abierto, “Formato y tablero de control para el seguimiento y la evaluación del PA15”, 2015, <http://tablero.gobabiertomx.org/files/53ff85b18b465.pdf>, [consultado el 20 de diciembre de 2016].

Open Government Partnership, “OGP National Action Plan Guidance Note”, 2011, [http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/attachments/OGP\\_actionplan\\_guide%20FINAL\\_0.pdf](http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/attachments/OGP_actionplan_guide%20FINAL_0.pdf), [consultado el 23 de octubre de 2016].

Open Knowledge Foundation (Org.), “Open Definition”, 2005, <<http://opendefinition.org/>>, [consultado el 10 de enero de 2017].

Salomão Neto, Nelson Alfredo, “A perspectiva arquivística do Governo Aberto: um estudo comparativo da participação de Brasil, Estados Unidos, México e Reino Unido na *Open Government Partnership*”, <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2014/neto-nelson-alfredo-salomao-a-perspectiva-arquivistica-do-governo-aberto-um-estudo-comparativo-da-participacao-de-brasil-estados-unidos-mexico-e-reino-unido-na-open-government-partnership/view>, [consultado em 08 de fevereiro de 2017].

Thurston, Anne Catherine, “Trustworthy Records and Open Data”, en *The Journal of Community Informatics*, vol. 8, núm. 2, 2012, <<http://ci-journal.net/index.php/ciej/article/view/951/952>>, [consultado el 12 de noviembre de 2016].